



CONCURSO PÚBLICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT

EDITAL N.º 001/2025

FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Duração: 3h (três horas)

Leia atentamente as instruções abaixo:

01 Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este caderno, com **40 (quarenta)** questões da prova objetiva, sem repetição ou falha, conforme distribuição abaixo:

CONHECIMENTOS BÁSICOS				CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
LÍNGUA PORTUGUESA	NOÇÕES DE INFORMÁTICA	RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO	LEGISLAÇÃO MUNICIPAL E PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
1 a 10	11 a 15	16 a 20	21 a 25	26 a 40

b) Um cartão de respostas destinado à marcação da alternativa correta.

- 02** Verifique se este material está em ordem e se o seu nome, RG, cargo e número de inscrição conferem com os dados que aparecem no cartão de respostas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.
- 03** Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do cartão de respostas, com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta.
- 04** No cartão de respostas da prova objetiva, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra correspondente ao número da questão e preenchendo todo o espaço interno, com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta, de forma contínua e densa.

Exemplo:



- 05** Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas **4 (quatro) alternativas** classificadas com as letras (A, B, C e D), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar uma alternativa. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.
- 06** O candidato poderá entregar seu cartão de respostas, seu caderno de questões e retirar-se da sala de prova somente depois de decorrida **1 (uma) hora** do início da prova. O candidato que insistir em sair da sala de prova, descumprindo o aqui disposto, deverá assinar o termo de ocorrência declarando sua desistência do certame, que será lavrado pelo coordenador do local.
- 07** Só será permitido ao candidato levar o caderno de questões, a partir de **1 (uma) hora** para o horário de término da prova.
- 08** Não será permitida a cópia de gabarito no local de prova. Ao terminar a prova de conhecimentos, o candidato entregará, obrigatoriamente, o seu cartão de respostas. **O candidato que se retirar da sala levando o cartão de respostas estará automaticamente eliminado do certame.**
- 09** Reserve os **30 (trinta)** minutos finais para marcar seu cartão de respostas. Os rascunhos e as marcações assinaladas no caderno de questões não serão levados em consideração.
- 10** Os **3 (três)** últimos candidatos permanecerão sentados até que todos concluem a prova ou que termine o seu tempo de duração, devendo assinar a ata de sala e retirar-se juntos.

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA**

Leia o texto a seguir:

A floresta em pé: como a COP 30 revolucionou as finanças climáticas

Silvia Pinheiro

Para os que acompanharam as COPs e não acreditavam que um dia empresas e bancos pudessem se interessar na floresta em pé, ao invés de no chão, a COP 30, em Belém, surpreendeu.

Fundos de investimento, corretoras, bancos, empresas mineradoras nacionais e internacionais, frigoríficos, indústrias do petróleo, papel e celulose entraram “com os dois pés” no ecossistema das finanças climáticas.

Os cortes nas doações e o negacionismo ambiental do governo Trump II, somados à timidez de uma Europa, com prioridades na defesa, interromperam projetos importantes para o desenvolvimento sustentável em regiões do sul global.

Investimentos chineses em tecnologias para a redução de emissões e de transição energética chamaram a atenção para este novo ator do capitalismo global, que desafia paradigmas no campo da sustentabilidade.

É nesse contexto de mudanças que mecanismos de mercado foram criados para solucionar os complexos desafios climáticos de dimensão planetária.

Lançados em 1992, na primeira COP, a Rio 92, no Rio de Janeiro, sofisticaram-se e agora estiveram nos discursos e falas do setor privado e mídias de comunicação na COP, em Belém. Porém, as soluções de mercado não são as “balas de prata” que irão conter o desmatamento e reduzir emissões globalmente. Ao contrário, sozinhas, podem trazer riscos.

Chama-se atenção para o afastamento do Estado no exercício de suas atribuições e para o enfraquecimento de políticas públicas, de reconhecimento de áreas de proteção, demarcação de territórios indígenas e assentamentos da reforma agrária.

Tais políticas que regulam destinações de florestas em abandono são conquistas de pequenos agricultores e moradores das florestas, de anos de luta e de atuações conjuntas com as organizações não governamentais, com o apoio de setores da Igreja Católica.

Chama a atenção, também, a tentativa de transformação dos povos originários, das populações tradicionais e dos moradores das florestas em prestadores de serviços. Seus serviços são “valorados” por terceiros e por hectares de florestas precificados por metodologias que, possivelmente, desconsideram aspectos inerentes às suas culturas e aos seus modos de vida.

Pesquisa recente realizada com grupos comunitários, indígenas, extrativistas e agricultores em projetos de assentamento aponta que, da totalidade dos entrevistados, 51 foram abordados por investidores em créditos de carbono. A maioria manifestou insegurança e a necessidade de obtenção de mais informações antes de firmar parcerias, ressaltando que a demarcação de seus territórios seria a prioridade e forma mais eficiente de combate ao desflorestamento. [...]

Fora do espaço de negociação entre governos e empresas, estiveram os moradores das florestas dos nove países da bacia amazônica que tiveram, como reivindicação principal, a demarcação de territórios, a titulação e o reconhecimento legal de áreas de proteção.

Foram demandas antigas sobre a homologação de áreas de floresta aos indígenas, ribeirinhos e quilombolas que apresentaram baixos índices de desmatamento, diferente das terras públicas devolutas, sem qualquer destinação.

Sob a argumentação de escassez de recursos para preservação das florestas tropicais nos países mais pobres e em desenvolvimento, o governo do Brasil apostou no TFFF, sigla em inglês para o que significa “Fundo Florestas Tropicais para Sempre”. A justificativa, para a sua criação, é a da não dependência de doações que seriam intermitentes, sujeitas a interrupções. A tese é apostar na rentabilidade do fundo enquanto fonte perene de recursos voltados à manutenção das florestas tropicais do planeta, em pé. [...]

Que as soluções de mercado não posterguem as dívidas sociais pendentes de soluções simples, e que a COP 30 seja reconhecida, por “mutirão” de atores públicos, privados e do terceiro setor, que ouviu dos povos originários e tradicionais suas alternativas e soluções de como lidar com os desafios climáticos e com a preservação das florestas.

FONTE: [HTTPS://WWW.JB.COM.BR/BRASIL/OPINIAO/ARTIGOS/2025/11/1057780-A-FLORESTA-EM-PE-COMO-A-COP-30-REVOLUCIONOU-AS-FINANÇAS-CLIMÁTICAS.HTML](https://www.jb.com.br/BRASIL/OPINIAO/ARTIGOS/2025/11/1057780-A-FLORESTA-EM-PE-COMO-A-COP-30-REVOLUCIONOU-AS-FINANÇAS-CLIMÁTICAS.HTML).
TEXTO ADAPTADO. ACESSO EM 12/12/2025

1. Ao afirmar que empresas e bancos entraram “com os dois pés” nas finanças climáticas, a autora mobiliza um recurso linguístico cujo efeito principal é:

- A) ironizar a situação descrita
- B) tecer uma crítica ao sistema financeiro e ao mercado
- C) atenuar a visão negativa dos negacionistas climáticos
- D) intensificar o grau de envolvimento dos agentes econômicos citados

2. No texto, a menção ao “governo Trump II” cumpre a função de:

- A) expressar um julgamento moral sobre o governo dos EUA
- B) exemplificar uma política nacional de menor impacto internacional
- C) contextualizar geopoliticamente a retração de recursos para o desenvolvimento sustentável
- D) apresentar uma informação central ao leitor brasileiro, que normalmente desconhece o presidente dos EUA

3. Segundo o texto, o principal risco das soluções de mercado para a crise climática é:

- A) sua ineficácia técnica
- B) sua incapacidade financeira
- C) seu potencial de enfraquecer o papel do Estado e políticas públicas estruturantes
- D) sua rejeição social imediata, advinda especialmente dos países menos desenvolvidos

4. No texto, a expressão “balas de prata” tem o sentido de:

- A) medidas rápidas, mas normalmente muito eficientes
- B) soluções definitivas para problemas complexos
- C) soluções extremamente violentas
- D) respostas ilusórias

5. Considerando o texto como um todo, o modo de organização do discurso predominante é o:

- A) narrativo
- B) descritivo
- C) expositivo
- D) argumentativo



6. “É nesse contexto de mudanças que mecanismos de mercado foram criados **para** solucionar os complexos desafios climáticos de dimensão planetária” (5º parágrafo). Esse conectivo em destaque expressa:

- A) finalidade
- B) causalidade
- C) conformidade
- D) consequência

7. No título do texto (“A floresta em pé: como a COP 30 **revolucionou** as finanças climáticas”), a forma verbal em destaque está flexionada no pretérito:

- A) perfeito do indicativo
- B) imperfeito do indicativo
- C) imperfeito do subjuntivo
- D) mais-que-perfeito do indicativo

8. “Tais políticas **que** regulam destinações de florestas **em** abandono são conquistas de pequenos agricultores e moradores das florestas [...]” (8º parágrafo). As duas palavras em destaque são classificadas, respectivamente, como:

- A) pronome e pronome
- B) conjunção e pronome
- C) pronome e preposição
- D) conjunção e preposição

9. “Fundos de investimento, corretoras, bancos, empresas mineradoras nacionais e internacionais, frigoríficos, indústrias do petróleo, papel e celulose entraram ‘com os dois pés’ no ecossistema das finanças climáticas” (2º parágrafo). Nesse trecho, as vírgulas foram empregadas para:

- A) marcar um adjunto adverbial deslocado
- B) coordenar elementos em enumeração
- C) separar termos acessórios
- D) isolar um apostro

10. “**A tese é** apostar na rentabilidade do fundo enquanto fonte perene de recursos voltados à manutenção das florestas tropicais do planeta, em pé” (13º parágrafo). A oração em destaque classifica-se como:

- A) principal
- B) substantiva predicativa
- C) coordenada assindética
- D) coordenada sindética aditiva

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

11. Um usuário de um computador com o *MS Windows 7* em português, acessando o aplicativo Bloco de Notas, criou um arquivo e tentou salvá-lo com o nome: `arquivo<_testes_DINAMICA1.txt`. Contudo, o sistema enviou um aviso de erro, indicando que o nome do arquivo não é válido. O motivo desse nome ser inválido é por causa do(a):

- A) uso do caractere “_” mais de uma vez no nome
- B) mistura de letras minúsculas e maiúsculas no nome
- C) proibição de nomes com mais de 8 caracteres úteis
- D) utilização do caractere “<”, proibido em nomes de arquivos

12. Um usuário do *MS Excel 2010* em português precisa usar, em uma planilha, uma função que retorne o valor que separa a metade maior e a metade menor de um conjunto de números de amostra, indicando o ponto central dessa amostra de números, sendo mais protegida contra valores considerados *outliers*. A função do *MS Excel 2010* em português mais adequada para essa tarefa é a:

- A) MED
- B) MÉDIA
- C) ARRED
- D) MDETERM

13. Um usuário do *MS Word 2010* em português, ao criar um texto, necessitou visualizar os símbolos de formatação invisíveis, que indicam quebras de linha/parágrafo. Para isso, ele utilizou as teclas de atalho CTRL +

- A) ALT + 1
- B) ALT + 5
- C) SHIFT + 3
- D) SHIFT + 8

14. Um usuário do aplicativo *MS PowerPoint 2010* em português precisa configurar os efeitos visuais das passagens entre *slides* para uma apresentação importante. A guia do aplicativo que contém acesso direto para essa configuração é a de:

- A) inserir
- B) revisão
- C) transições
- D) página inicial

15. Um usuário de um navegador da internet deseja saber qual é o domínio de segundo nível (2LD) da URL `www.company.com.br`. Considerando a organização e a estrutura de uma URL, a 2LD desse domínio é:

- A) fr
- B) com
- C) www
- D) company

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

16. Um laboratório de análises clínicas utiliza um reagente químico cuja dosagem é rigorosamente proporcional à massa da amostra biológica a ser processada. Sabe-se que, para processar 150 gramas de amostra, são necessários 12 ml do reagente. Mantendo-se essa mesma relação de proporcionalidade, a quantidade de reagente necessária para processar uma amostra de 250 gramas é igual a:

- A) 18 ml
- B) 20 ml
- C) 22 ml
- D) 25 ml

17. Um médico, ao orientar um paciente sobre os efeitos de um novo tratamento, declara o seguinte: “Se o paciente seguir a dieta, então o índice glicêmico diminuirá”. A negação lógica dessa condicional é expressa por:

- A) o paciente segue a dieta e o índice glicêmico não diminui
- B) o paciente não segue a dieta e o índice glicêmico diminui
- C) se o paciente não seguir a dieta, o índice glicêmico não diminuirá
- D) se o índice glicêmico não diminuir, então o paciente não seguirá a dieta



18. Uma comissão de ética em uma universidade deve ser formada por apenas um representante discente. Estão aptos a se candidatar 15 alunos do curso de Direito, 12 alunos do curso de Filosofia e 8 alunos que fazem dupla graduação em Direito e Filosofia. Considerando que todos os alunos aptos desses cursos são candidatos potenciais, e que ninguém pode ser contado duas vezes, o número total de escolhas distintas para esse representante é:

- A) 35
- B) 27
- C) 23
- D) 19

19. Uma gestora de fundos de investimento analisou o comportamento de um ativo de alta volatilidade. Na segunda-feira, o ativo sofreu uma desvalorização de 20% em relação ao fechamento da semana anterior. Na terça-feira, impulsionado por um cenário macroeconômico favorável, o mesmo ativo apresentou uma valorização de 25%, calculada sobre o valor de fechamento da segunda-feira. Ao final do pregão de terça-feira, a posição consolidada desse ativo, quando comparada ao seu valor inicial antes da queda de segunda-feira, apresentou o cenário de:

- A) desvalorização acumulada de 5%
- B) valorização acumulada de 5%
- C) valorização acumulada de 2%
- D) equivalência exata ao valor inicial (variação nula)

20. Em uma conferência internacional de tecnologia, 60% dos participantes são fluentes em inglês, 45% são fluentes em mandarim e 20% não dominam nenhum desses dois idiomas. Se um participante for escolhido aleatoriamente para uma entrevista, a probabilidade de que ele seja fluente em inglês ou em mandarim é igual a:

- A) 70%
- B) 75%
- C) 80%
- D) 85%

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL E PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

21. Gael é funcionário público recém-concursado de Porto dos Gaúchos e trabalha em setor administrativo interno. Ao receber um pedido de um amigo de infância para agilizar um procedimento interno, caso o faça, Gael violaria o princípio da:

- A) legalidade
- B) publicidade
- C) eficiência
- D) impessoalidade

22. O Princípio Constitucional da Eficiência é considerado sobre dois aspectos. O primeiro deles está lastreado no modo de atuação do agente público, a fim de que o agente busque o seu melhor desempenho. O segundo, por sua vez, baseia-se na:

- A) organização, disciplina e estrutura da administração pública, com o objetivo de obter o melhor resultado na prestação do serviço público
- B) observação das regras internas de forma a manter todo o procedimento devidamente sincronizado com os comandos legais
- C) informação devidamente repassada a qualquer cidadão por meio de todos os meios disponíveis
- D) prestação de serviço continuado, independentemente dos resultados almejados

23. A Lei n.º 383/2012, de 03 de abril de 2012, de Porto dos Gaúchos/MT, estabelece que os Secretários Municipais são responsáveis pelos programas de treinamento e cursos de capacitação e de desenvolvimento, entre outros, mediante:

- A) determinação de currículos, períodos ou metodologias de cursos de aperfeiçoamento
- B) solicitação de vagas em treinamento de outros órgãos administrativos externos
- C) solicitação de dados ao prefeito sobre o servidor em treinamento
- D) avaliação dos resultados obtidos na execução de trabalhos

24. Conforme disposto na Lei Municipal n.º 393/2012, de 22 de agosto de 2012, de Porto dos Gaúchos/MT, o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos do Poder Legislativo, dentre outros, tem por objetivos:

- A) assegurar a continuidade da ação administrativa e a eficiência no serviço público
- B) estabelecer padrões e critérios para reconhecimento dos servidores com melhor nível de desempenho
- C) estimular a profissionalização, a atualização e o aperfeiçoamento técnico-profissional dos servidores
- D) manter a administração dos vencimentos dentro dos padrões estabelecidos por Lei, considerando as características do mercado e os critérios de evolução profissional

25. A Lei Municipal n.º 393/2012, de 22 de agosto de 2012, de Porto dos Gaúchos/MT, estabelece que a carreira dos servidores do Quadro Geral da Câmara Municipal é constituída nos níveis:

- A) auxiliar legislativo, assistente legislativo e analista legislativo
- B) apoio legislativo, assistente legislativo e técnico legislativo e gestor legislativo
- C) auxiliar legislativo, técnico legislativo e analista legislativo
- D) apoio legislativo, auxiliar legislativo e técnico legislativo

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26. A Contabilidade Pública tem por finalidade produzir informações que atendam às necessidades dos diversos usuários do setor público, conforme estabelecido pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP). Nesse sentido, constitui finalidade da Contabilidade Pública o(a):

- A) fornecimento de informações úteis à prestação de contas e ao processo decisório no setor público
- B) concessão de autonomia financeira ao gestor público no exercício da função administrativa
- C) registro exclusivo dos fatos decorrentes da execução orçamentária
- D) atendimento restrito às demandas dos sistemas de controle interno

27. O estágio da arrecadação da receita pública corresponde ao momento em que:

- A) é realizada a estimativa da receita que integrará a Lei Orçamentária Anual, com base em parâmetros econômicos e legais
- B) ocorre a constituição do crédito tributário, mediante lançamento, com a identificação do sujeito passivo e a apuração do montante devido
- C) os valores pagos pelos contribuintes ingressam definitivamente na conta única do Tesouro, caracterizando a fase de recolhimento da receita
- D) o contribuinte efetua o pagamento da obrigação pecuniária ao agente arrecadador legalmente autorizado, antes do ingresso dos valores na conta única do Tesouro



28. Um determinado município contratou a prestação de serviços de limpeza, que foi integralmente executada e atestada pelo fiscal do contrato. Nesse momento, a despesa encontra-se no estágio de:

- A) arrecadação
- B) pagamento
- C) liquidação
- D) empenho

29. De acordo com a NBC TSP – Estrutura Conceitual, a informação contábil produzida no âmbito do setor público deve apresentar características qualitativas que assegurem sua utilidade para a prestação de contas e para a tomada de decisões pelos usuários da informação. Nesse contexto, constitui característica qualitativa fundamental da informação contábil no setor público a:

- A) flexibilidade normativa, de modo a permitir adaptações discricionárias pelo gestor público
- B) relevância, associada à capacidade de influenciar decisões e avaliações dos usuários
- C) confidencialidade absoluta, independentemente do interesse público
- D) subjetividade na mensuração, visando à maior liberdade interpretativa

30. O Município de Porto dos Gaúchos, dentro do prazo decadencial previsto no Código Tributário Nacional, efetuou o lançamento de ofício do IPTU referente ao exercício financeiro de 2023. Posteriormente, no ano de 2024, constatou-se erro material objetivo na apuração da metragem construída do imóvel, o que resultou na constituição do crédito tributário em valor inferior ao efetivamente devido. Diante dessa constatação, a Administração Tributária promoveu a correção do lançamento e notificou o contribuinte acerca do novo valor apurado. À luz do Código Tributário Nacional, o procedimento adotado pela Administração caracteriza-se como:

- A) ato nulo, por violação ao princípio da segurança jurídica, ainda que observado o prazo decadencial
- B) ato inválido, por configurar preclusão administrativa após a notificação inicial do lançamento
- C) revisão do lançamento de ofício pela autoridade administrativa
- D) novo lançamento dependente de prévia autorização do Poder Judiciário

31. Para fins de incidência do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis *inter vivos* (ITBI), a legislação tributária municipal de Porto dos Gaúchos considera como bens imóveis:

- A) o solo e tudo quanto se lhe incorporar, natural ou artificialmente, bem como os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram
- B) a transmissão de bens imóveis realizada por decisão judicial em processo de inventário e partilha
- C) o direito à sucessão aberta, por se tratar de transmissão patrimonial *inter vivos*
- D) os bens móveis que, por destinação econômica, integrem atividade imobiliária

32. No contexto da gestão financeira municipal, quando o ente local auferir recursos a partir da utilização econômica de seu próprio patrimônio, como a cessão onerosa de imóveis, a concessão de uso de espaços públicos ou a exploração direta de bens, tais ingressos classificam-se, predominantemente, como:

- A) transferências correntes, oriundas de outros entes da Federação
- B) receitas derivadas, em razão do caráter obrigatório imposto aos particulares
- C) ingressos extraorçamentários, por não integrarem o patrimônio público de forma definitiva
- D) receitas originárias, decorrentes da atuação do Município em posição equiparada à de um agente econômico

33. O Código Tributário Municipal de Porto dos Gaúchos suspende a exigibilidade do crédito tributário no caso de:

- A) decisão administrativa irreformável, definitiva na esfera administrativa
- B) concessão de medida liminar em mandado de segurança
- C) pagamento integral do crédito tributário
- D) remissão do crédito tributário

34. De acordo com o Código Tributário Municipal de Porto dos Gaúchos, o prazo para a expedição da certidão negativa de tributos é de:

- A) 5 (cinco) dias úteis, contados da data de solicitação
- B) 10 (dez) dias corridos, contados da data de solicitação
- C) 5 (cinco) dias corridos, contados da data de entrada do requerimento na repartição
- D) 10 (dez) dias úteis, contados da data de entrada do requerimento na repartição

35. O Município de Porto dos Gaúchos pode instituir tributos específicos para atender às suas necessidades de arrecadação e ao financiamento de serviços públicos. Dentre as contribuições de competência municipal, encontram-se aquelas que podem ser cobradas para custear melhorias urbanas e serviços de iluminação pública. Considerando o exposto as contribuições que o município pode instituir são:

- A) Contribuição de Melhoria e Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública
- B) Contribuição para o Custeio de Serviços de Saúde e Educação Municipal
- C) Contribuição previdenciária dos servidores públicos e Contribuição sindical
- D) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico

36. A Lei Orgânica do Município de Porto dos Gaúchos estabelece princípios que orientam a organização político-administrativa municipal. Dentre os princípios que regem a atuação do Município, destaca-se a:

- A) dependência legislativa em relação à União
- B) supremacia dos interesses privados sobre o interesse público
- C) centralização das decisões administrativas no Poder Executivo
- D) autonomia política, administrativa e financeira, nos termos da Constituição

37. Uma empresa especializada em desenvolvimento e customização de *softwares* possui estabelecimento prestador no Município de São Paulo e foi contratada para realizar ajustes específicos em um sistema informatizado, utilizado por uma pessoa jurídica sediada no Município de Porto dos Gaúchos. O serviço foi contratado remotamente, sem previsão de deslocamento físico da equipe técnica. Considerando a regra geral de incidência do ISS, a incidência do fato gerador do imposto será:

- A) em ambos os Municípios, em razão de se tratar de prestação de serviço interestadual
- B) no Município de São Paulo, onde está localizado o estabelecimento prestador do serviço
- C) no Município de Porto dos Gaúchos, por ser o local onde se encontra o estabelecimento do tomador do serviço
- D) em ambos os Municípios, porque, no caso de prestação remota de serviços, deve ser considerado o local onde o sistema é utilizado, ainda que inexistir execução material presencial



38. No desempenho de suas atribuições, o servidor público deve orientar suas decisões de modo a:

- A) priorizar resultados, ainda que à margem da legalidade
- B) atender prioritariamente às expectativas pessoais do gestor
- C) assegurar a prevalência do interesse público sobre interesses particulares
- D) adequar o cumprimento das normas à realidade social específica de cada usuário

39. Para fins de incidência do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) no Município de Porto dos Gaúchos, considera-se como zona urbana a área assim definida em lei municipal, desde que atendido determinado requisito mínimo relacionado à infraestrutura existente no local. Os requisitos legais para que um imóvel seja considerado situado em zona urbana são imóvel:

- A) incluído no perímetro urbano por lei municipal, que disponha de abastecimento de água e sistema de esgotos sanitários, ambos mantidos pelo Poder Público
- B) situado em área definida como urbana, que possua meio-fio e calçamento, ainda que inexistente a canalização de águas pluviais
- C) situado em área urbana, com posto de saúde localizado a 3 km, independentemente da existência de outros melhoramentos
- D) localizado em área urbana, que possua exclusivamente escola primária a menos de 3 km de distância

40. Durante a condução de um procedimento licitatório, a Administração Pública deve observar uma sequência lógica de fases, destinada a assegurar o planejamento adequado, a ampla competitividade e o julgamento objetivo das propostas, conforme dispõe a Lei n.º 14.133/2021. Nesse sentido, as fases do processo de licitação devem ocorrer, corretamente, na seguinte ordem:

- A) preparatória, divulgação do edital, habilitação, julgamento, apresentação de propostas, fase recursal e homologação
- B) divulgação do edital, fase preparatória, apresentação de propostas, julgamento, habilitação, fase recursal e homologação
- C) preparatória, divulgação do edital, apresentação de propostas e lances, julgamento, habilitação, fase recursal e homologação
- D) divulgação do edital, apresentação de propostas e lances, julgamento, habilitação, preparatória, fase recursal e homologação

RASCUNHO